

Ano XX nº 5757 – 21 fevereiro de 2018

É hora de receber a segunda parcela da PLR 2017

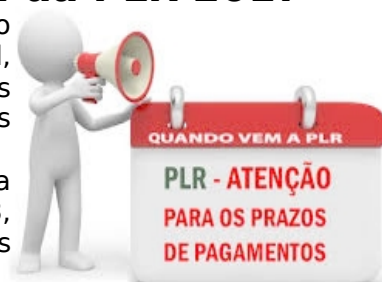
Os bancários foram a primeira categoria a conquistar o direito à PLR previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) nacional, em 1995. A luta conjunta ao lado do Sindicato garantiu outros avanços como forma de distribuir renda por meio da Participação nos Lucros e Resultados dos bancos.

Na Campanha Nacional Unificada de 2007, a mobilização da categoria garantiu o valor adicional à PLR. Além disso, desde 2013, os trabalhadores têm direito à PLR sem IR para determinados valores e a partir desses, descontos progressivos.

Conforme o Acordo de PLR, os bancos privados tem até o dia 01 de março para realizar o pagamento, descontando o valor que foi antecipado em 2017. Hoje, 21/02, o Itaú Unibanco em comunicado interno informou que efetuará o pagamento da PLR no dia 1º/03. Os bancos, Bradesco, Santander e a Losango, já creditaram os valores aos seus colaboradores.

Conforme o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), o Banco do Brasil fará o pagamento da PLR referente ao segundo semestre de 2017 em até 10 dias úteis após a data de distribuição dos dividendos ou Juros sobre Capital Próprio aos acionistas.

Já a Caixa Econômica Federal, conforme o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) específico, tem até o dia 31 de março para realizar o pagamento da PLR 2017, descontado o valor do adiantamento.



Medidas do governo agradam o mercado

O governo Temer sentiu a pressão e deixou a reforma da Previdência para segundo plano. Mas, para não decepcionar ainda mais o mercado financeiro, financiador do golpe, anunciou pacotes fiscais que são um prejuízo à nação. Entre as medidas, a privatização da Eletrobras, que compromete a segurança energética do país.

Além da venda da estatal, o pacote, com 15 pontos, inclui a extinção do Fundo Soberano e a autonomia do Banco Central. Outras prioridades do governo são reforma do PIS/Cofins e de simplificação tributária. Tudo o que o sistema financeiro quer.

Tem mais um detalhe que merece total atenção do brasileiro. O governo não desistiu da reforma da Previdência. A intenção é votar a proposta em outubro, logo após as eleições. Mais um motivo para o trabalhador ficar atento e ter muito cuidado na hora de votar.



PTB desiste da nomeação de Cristiane Brasil para o Ministério do Trabalho

O PTB desistiu de bancar o nome da deputada federal Cristiane Brasil (RJ), após todo o imbróglio jurídico em torno de sua nomeação, para ocupar o cargo de ministra do Trabalho. A informação é da agência de notícias Reuters.

A desistência, segundo informou à Reuters a assessoria do partido, deve-se ao fato de que não há perspectivas de que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue o recurso que pretendia garantir a posse da filha e herdeira política do delator Roberto Jefferson. O PTB deve escolher ainda esta semana um outro nome para a pasta, cujo comando está vago há um mês e meio.

No dia 14 de fevereiro, a presidenta do STF, ministra Cármen Lúcia, confirmara sua decisão anterior que suspendeu a posse da deputada no Ministério do Trabalho. Entretanto, entendeu que a questão sobre o afastamento deve ser decidida pelo plenário do STF. A data do julgamento ainda não foi marcada. Carmen Lúcia confirmou a competência do Supremo para julgar o caso por considerar que a matéria discutida é constitucional.

